



Diversidade étnica e cultural no interior do Paraná

Anderson Prado

Jair Antunes

Lourenço Resende da Costa

Organizadores



Livros e leitura em Castro no século XIX

Luciana Cristina Pinto

Vila de Castro: história e cultura

Ao longo do século XIX, o Brasil conheceu três diferentes regimes políticos: a Colônia, que terminou em 1822 com a “proclamação da independência”; o chamado Império, que durou até 1889, quando oficialmente começou a República. Essas datas e nomenclaturas, no entanto, são convenções da História do Brasil, mas, para grande parte da população, as mudanças não seriam sentidas tão claramente em seu cotidiano. Para todos os efeitos, o século XIX é o período cronológico em que se insere a nossa pesquisa, e a região estudada é a vila (que a partir de 1857 se torna cidade) de Castro.

Castro faz parte de uma região conhecida como Campos Gerais do Paraná, que se localiza, na maior parte, no Segundo Planalto paranaense. Entretanto, justamente a parte dos Campos Gerais que corresponde ao município de Castro localiza-se no Primeiro Planalto. A região era caracterizada por campos nativos e também capões onde existiam araucárias, imbuías, cedros e outras madeiras, paisagem bastante alterada atualmente, ocupada por lavouras, pastagens artificiais e plantações de pinus (LANGE, 1998, p. 9). Os arenitos da chamada “Formação Furnas” também compõe a paisagem natural de toda a região (MENEGUZZO, 2013, p. 1).

Os inventários *post mortem* e os testamentos de alguns habitantes da cidade de Castro foram escritos no contexto do Oitocentos e inseridos nesta região específica, há muito estudada por escritores regionais ou não. Um destes escritores, hoje referência obrigatória em pesquisas sobre a história de Castro, é Oney Barbosa Borba, que argumenta sobre a nomenclatura e divisão política do Paraná, no início do século XIX: “Antes da criação da Província do Paraná [1853], todos os habitantes do primeiro, segundo e terceiro planaltos da 5ª Comarca da Capitania e depois Província de São Paulo, eram conhecidos como *curitibanos*, porque as vilas, com exceção das

do litoral, estavam juridicamente subordinadas à vila de Curitiba” (BORBA, 1986, p. 55).¹

Como trabalhamos com uma pequena parte da história de Castro, em que perseguimos os livros inventariados e os homens que os tinham, o trabalho historiográfico encontra alguns limites. Operamos com recortes, com dados específicos que nos revelam apenas parciais considerações. Por isso, encontramos lacunas na pesquisa. Futuramente, as lacunas serão problematizadas, pois a produção na história felizmente não cessa, e a historiografia, assim, torna-se rica pela multiplicidade de olhares que se voltam, em focos diferentes, para o passado.

Com relação ao Paraná, é preciso inseri-lo num debate mais amplo com a História do Brasil, porque sabemos *a priori* que não existe uma história do Paraná “desligada” de uma História do Brasil. Convém lembrar que, no início do século XIX, alguns acontecimentos marcaram a história do país, com a chegada da família real ao Rio de Janeiro em 1808: as medidas de D. João VI que beneficiaram o país, do ponto de vista cultural, como a criação da Biblioteca Real, do Museu Nacional, do Observatório Astronômico, da Escola Real de Artes, entre outros, e ainda o esforço do monarca para trazer seus livros de Portugal na conturbada fuga para a Colônia (SOARES, 2013, p. 1-3).

O contexto vivido nos Campos Gerais de fins do século XVIII e início do século XIX faz parte do que estava acontecendo no mundo. Segundo Elizabete Alves Pinto e Maria Aparecida Cezar Gonçalves, Castro era rota de passagem para viajantes que circulavam entre o sul do Brasil e as regiões do sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais).

Todo e qualquer viajante, comerciante ou aventureiro que se dirigisse por terra de São Paulo para o extremo sul do país, nos finais do século XVIII e nos inícios do século XIX, deveria atravessar as terras da Comarca de Castro (sic), alcançando o bairro de Ponta Grossa, que se constituía, à época, num local obrigatório de passagem, ligada que estava ao Caminho do Via-mão (PINTO; GONÇALVES, 1983, p. 17).

Rui Wachowicz, em sua *História do Paraná*, já havia apresentado alguns elementos sobre a formação das vilas da região, apontando que:

¹ BORBA, Oney Barbosa. *Os Iapoenses*. 2. ed. Curitiba: Editora Littero-técnica, 1986. p. 55. Com grifo no original. Conforme Oney Borba, a Vila Nova de Castro foi criada em uma solenidade realizada no dia 20 de janeiro de 1789.

No início do século XIX, esta sociedade campeira que nasceu paulista, transformou-se em paranaense e recebeu forte influência riograndense. Nesta época, já estava integrada social, política e economicamente aos núcleos que formariam o Paraná. Apesar dessa integração, as populações não latifundiárias dos Campos Gerais eram relativamente pobres. Em 1820, as casas de Castro eram de pau a pique. Na Lapa, as primeiras casas de alvenaria surgiram em 1824. Mas em 1844, algumas casas de Palmeira, Ponta Grossa e Castro já eram de pedra e cal (WACHOWICZ, 2010, p. 99).

Jayme Cardoso e Cecília Westphalen também dedicaram atenção ao estudo da formação do território e da sociedade que, em meados do século XIX, constituiriam a Província do Paraná. Para esses autores, “a História do Paraná compreende a formação de três comunidades regionais”, sendo que a mais antiga, chamada de “Paraná Tradicional”, “estruturou-se no século XVIII sobre o latifúndio campeiro dos Campos Gerais, com base na criação e no comércio do gado e, mais tarde, no século XIX, nas atividades extrativas e no comércio exportador da erva mate e da madeira” (CARDOSO; WESTPHALEN, 1986). Esse “Paraná Tradicional” estende-se desde o litoral até os campos de Castro, Tibagi e Guarapuava.

O palco no qual se desenrola o cotidiano e a vida das pessoas que vamos estudar insere-se, assim, nas comunidades tidas como pertencentes ao “Paraná Tradicional” apontado por Cardoso e Westphalen. É importante salientar que, desde o último quarto do século XVIII até as décadas finais do século XIX, toda a região dos Campos Gerais esteve fortemente marcada pelo tropeirismo, atividade econômica surgida no início do Setecentos. Porém, devido à formação de campos naturais propícios à criação de gado, a atividade pecuária cresceu, assim como, talvez em menor grau, a agricultura.

Diversos pesquisadores nos ajudam com a reconstituição do início dessa história local, reafirmando a influência da atividade do tropeirismo no povoamento dos Campos Gerais.

Ligadas ao tropeirismo, ainda no século XVIII pequenas povoações começaram a surgir ao longo do Caminho das Tropas. Nos locais em que as tropas fixavam pouso, fazendo seus pequenos ranchos para descanso, trato e engorda do rebanho, ou esperando passar as chuvas e baixar o nível dos rios, logo surgia um ou outro morador, fundando casa de comércio, interessado em atender as necessidades dos tropeiros. Dessa forma, pequenas freguesias e vilas, como o Príncipe (Lapa), Palmeira, Ponta Grossa, Pirai do Sul, Castro e Jaguariaíva, tiveram seu desenvolvimento inicial dependente das fazendas e do movimento das tropas (DITZEL; LAMB, 2012).

Outro aspecto importante para o estudo da formação dessas povoações do segundo planalto paranaense é o da doação de terras e a formação das fazendas, além do uso de trabalho escravo. Bruna Marina Portela também se refere ao contexto inicial do século XVIII:

Com a abertura do caminho do Viamão muitas povoações foram surgindo e prosperando ao longo da estrada, como foi o caso de Castro, que em 1730, ano de abertura de tal caminho, tinha a denominação de Pouso do Iapó. Porém, a ocupação desse território remonta ao início do século XVIII quando sesmarias foram distribuídas na região. As terras foram adquiridas principalmente por proprietários vindos de Paranaguá, Santos e São Paulo, sendo que uma boa parte deles não residia na sesmaria recebida, ou seja, eram proprietários absenteístas, que contavam apenas com um fazendeiro e escravos para fazer prosperar a terra (PORTELA, 2007, p. 9).

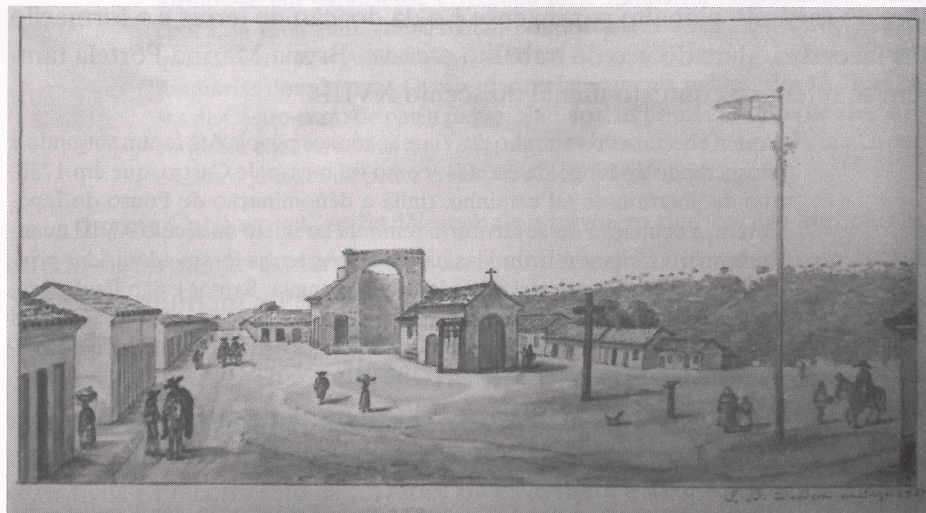
Elemento importante para as atividades econômicas da região, a presença de escravos é abordada por Magnus Pereira:

Apenas durante o século XIX, haveria uma diferenciação significativa entre Paraná e São Paulo no que se refere aos escravos. Enquanto em território paulista a utilização do trabalho escravo se acentuaria devido à expansão cafeeira, na região paranaense ocorreria o inverso. O declínio econômico dos Campos Gerais e os altos preços alcançados pelos escravos na lavoura cafeeira, provocados pela proibição do tráfico, estimulariam a transferência de uma grande parcela de escravos para São Paulo, alterando o panorama demográfico paranaense (PEREIRA, 1996, p. 57-58).

Assim, segundo o autor, até meados do século XIX, era comum a presença de escravos na região dos Campos Gerais, “onde predominavam as fazendas de criar ou invernar”, destacando que “a composição da população” de Castro mostra que “a sociedade ainda estava estruturada em torno de uma organização escravista de trabalho” (PEREIRA, 1996, p. 60). Para o período, a população local estava estimada em 5.899 habitantes, dos quais 3.618 seriam brancos, 1.295 pardos, 986 pretos e 796 escravos (PEREIRA, 1996, p. 59).

Quanto ao aspecto físico da povoação de Castro, podemos levar em conta o olhar do pintor Jean-Baptiste Debret, que mostra um ambiente urbano bastante rarefeito (mas também não muito diferente das demais cidades do Paraná e de inúmeras outras espalhadas pelo interior do território brasileiro).

Figura 1: A “cidade de Castro”, de Jean Baptiste Debret (1829)



Fonte: BANDEIRA, Julio; LAGO, Pedro Correia do. **Debret e o Brasil: Obra completa 1816-1831**. Rio de Janeiro: Capivara Editora, 2007, p. 284.

Até 1853, quando da emancipação política da província do Paraná, existiam as seguintes localidades: Paranaguá, a cidade mais antiga, Guaratuba, Guaraqueçaba, Antonina e Morretes ficavam no litoral; Curitiba e Lapa estavam no primeiro planalto paranaense; Castro e Ponta Grossa eram as vilas situadas nos Campos Gerais; e, mais a oeste, acima da Serra da Esperança, ficava a recém criada vila de Guarapuava.

A população da nova província também era rarefeita; os pouco mais de 62 mil habitantes distribuíam-se irregularmente pelo território, conforme informação de Luiz Henrique Novacki em estudo sobre os libertos de uma freguesia situada na região dos Campos Gerais. A maior parte da população encontrava-se no litoral e no primeiro planalto, regiões com maior taxa de moradores urbanos e que concentravam atividades fabris (engenhos de beneficiamento do mate) e comerciais (NOVACKI, 2000, p. 71)

Conforme dados do relatório do primeiro Presidente da Província do Paraná, Zacarias de Goes e Vasconcellos, por ocasião da abertura da Assembleia Legislativa Provincial, em 15 de julho de 1854, o município de Castro, então um dos mais populosos, contava, como apontamos acima, com 5.899 habitantes (cerca de 9,4% da população total) (VASCONCELLOS, 1854). Dezesesseis anos depois, o então presidente da província, Antônio Luiz Affonso de Carvalho, informava, em seu relatório do ano de 1870, que o

Paraná possuía 108.324 habitantes, dos quais 15.140 eram moradores em Castro (CARVALHO, 1870). Ou seja, de acordo com as informações oficiais do governo paranaense, a população de Castro teria quase triplicado naquele período.

Esta população, como vimos indicando, ocupava-se, prioritariamente, com atividades ligadas ao campo, à criação e à invernagem de animais para os mercados de São Paulo.

Entretanto, conforme Magnus Pereira, à medida que o século XIX avança, essa sociedade campeira vai assumir ares bacharelescos; os proprietários de escravos passam a demonstrar interesse com sua formação intelectual, buscando transformar-se em uma “burguesia letrada”.

É preciso ter em conta que a burguesia fundiária dos Campos Gerais e a burguesia industrial e comerciante do litoral e de Curitiba souberam transformar-se ao longo do século [XIX]. Transformaram-se, principalmente a primeira, em burguesias letradas. Com o correr do século, cada vez mais elas eram constituídas e politicamente representadas por bacharéis formados em São Paulo, Pernambuco ou até na Europa. Foram justamente os filhos instruídos de fazendeiros que monopolizaram os empregos públicos e os cargos de representação política da província. Por conseguinte, mesmo que a vivência de fazendeiro dos Campos Gerais ou de dono de engenho de mate seja crucial em sua percepção das coisas, não é possível desprezar a formação intelectual de perfil cosmopolita dessas pessoas (PEREIRA, 1996, p. 61).

O conceito de “burguesias letradas” utilizado por Magnus Pereira mostra-se importante para nós, na medida em que aponta para a existência de relações de uma parte mais abastada da população de Castro com a palavra impressa. Nesse sentido, e pensando na formação de leitores em potencial para a cidade de Castro, também se mostra relevante saber que, até 1820, “a instrução pública” era “absolutamente inexistente” e que somente “a partir de 1830 a cidade [de Castro] passou a contar com um professor para os meninos, sendo em 1846 ali estabelecida uma escola para meninas” (DITZEL; LAMB, 2012). Entendemos, portanto, que a presença de instituições voltadas à instrução dos “iapoenses”² nos ajuda na compreensão dessa sociedade e de sua aproximação com a história da palavra impressa.

Os onze inventários com os quais trabalhamos foram: Inventário dos bens pertencentes à Fazenda Pitanguí (1806); Inventário de Baltazar Luiz

² O termo “iapoense”, utilizado por Oney Barbosa Borba, faz referência à primeira designação da vila N. S. de Santana de Iapó, a qual se referia ao local onde se encontrava a fazenda de Iapó.

Rodrigues (1809); Inventário de Manoel Lopes Branco e Silva (1810); Inventário do Capitão Mor José Rodrigues Betim (1811); Inventário de José Manuel Ferreira (1829); Inventário de Cipriano Eleutério dos Santos e Joaquina Lanhzoa (sua mulher) (1832); Inventário de José Maria Lima (1836); Inventário do Reverendo José Loureiro da Silva (1841); Inventário de Pedro de Tal, francês (1856); Inventário de José Joaquim Marques e Souza (1864); Inventário de Joaquim Teixeira Cardoso Pimentel (1866). Destes documentos, cinco trazem testamentos anexados – foram estes com os quais trabalhamos –, e os testadores foram: Baltazar Luiz Rodrigues, Manoel Lopes Branco e Silva, o Capitão Mor José Rodrigues Betim, José Manoel Ferreira e o Reverendo José Loureiro da Silva.

Dos inventários citados (excetuando-se o primeiro, o da Fazenda Pitanguí), encontramos, com relação à atividade profissional das pessoas, um indivíduo ligado à Igreja, o reverendo José Loureiro da Silva (1841), um bacharel, o Dr. Manoel Lopes Branco e Silva (1810), um dono de botica, e também possível negociante, José Joaquim Marques e Souza (1864). Dois negociantes: sobre um deles, José Maria Lima (1836), não encontramos referência explícita à profissão no documento, mas a partir dos seus bens (como a grande quantidade de tecidos) consideramos como tal; o outro, Joaquim Teixeira Cardoso Pimentel (1866), tem a sua atividade profissional declarada no próprio documento. José Rodrigues Betim (1811), além de capitão mor, “foi juiz de órfãos (mas sua principal atividade era a lida com os animais e venda de tecidos)” (PORTELA, 2007, p. 24-25). Cipriano Eleutério dos Santos e sua esposa Joaquina Lanhzoa (1832) tinham “armazém para loja” em uma das casas, o que indica possível atividade comercial. O francês “Pedro de Tal” (1856) poderia ser um marceneiro, pois possuía “um lote de ferrinhos de marcenaria e junto a estes, um polvarinho de folha, três escalas e uma régua”.³ As profissões e a escolaridade dos demais inventariados não são mencionadas nos inventários; por outro lado, todos, com exceção de “Pedro de Tal”, possuíam ao menos algum escravo e algum animal.

Observando os títulos (ou temas) que encontramos nas bibliotecas descritas nos inventários analisados, podemos classificá-los da seguinte forma: o ex-ouvidor de Paranaguá, Manoel Lopes Branco e Silva, possuía obras de literatura, história e direito, sendo estas últimas ligadas a sua ativi-

dade profissional; na coleção de José Rodrigues Betim havia um livro de política; no acervo do casal Cipriano Eleutério dos Santos e Joaquina Lanhzoa encontramos um livro de literatura estrangeira (traduzido para o português); a biblioteca de José Maria Lima tinha um livro de receitas culinárias e de literatura; o reverendo José Loureiro da Silva possuía obras de cunho religioso; Joaquim Teixeira Cardoso Pimentel possuía obras de direito, medicina, literatura; e “Pedro de Tal” possuía livros de religião, metalógica e dicionários em francês.

Desse conjunto, todos os proprietários de livros, com exceção de dona Joaquina Lanhzoa, eram homens, justificando em parte, a presença de obras técnicas ligadas às profissões. Nota-se também um número pouco expressivo de livros de ficção, ainda que nem todos tenham sido identificados pelos avaliadores, como é o caso dos 31 livros de “diferentes qualidades” do reverendo. Apesar do pouco cuidado com a descrição dos títulos dos livros nos inventários, o que torna difícil a identificação das obras, destaca-se a presença de obras de medicina, direito, religião, política e história. Estes temas demonstram certas afinidades literárias dos proprietários de livros.

O perfil dos proprietários de livros através de seus pertences

O comerciante Joaquim Teixeira Cardoso Pimentel, cujo inventário foi lavrado no ano de 1866, era um dos homens mais abastados dentre aqueles que tiveram livros registrados no rol de seus bens, assim informado: “bens móveis: 741\$500; raiz: 3:750\$000; escravos: 7:550\$000; dívidas por crédito: 129:553\$000; semoventes: 268\$000; dívidas de livros: 13:039\$149; dinheiro em caixa: 15:894\$952; gênero de negócios: 24:781\$017; dinheiro recebido: 3:274\$414; monte mor: 198:852\$702 (cento e noventa e oito contos, oitocentos e cinquenta e dois mil, setecentos e dois réis)”.⁴ Outra pessoa que mostrou ser possuidora de diversos bens foi José Joaquim Marques de Souza (possível boticário). A relação de seus bens, no inventário lavrado em 1864, era a seguinte: móveis: 2:379\$980; semoventes: 18:415\$000; raiz:

³ FÓRUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DE PEDRO DE TAL, FRANCÊS. CAIXA: 1856. Castro, 1856.

⁴ FÓRUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DE JOAQUIM TEIXEIRA CARDOSO PIMENTEL. CAIXA: 1866. Castro, 1866. O documento não traz informações sobre os avaliadores, pois o inventário foi de “balanço da casa comercial”, procedimento jurídico que faz o levantamento e apresenta a situação do estabelecimento.

20:620\$000; monte mor: 62:181\$317 (sessenta e dois contos, cento e oitenta e um mil, trezentos e dezessete réis).⁵

A maioria de nossos inventariados, proprietários de livros, também possuía algum escravo, como mostra a situação do negociante Joaquim Teixeira Cardoso Pimentel, proprietário de oito escravos do sexo masculino que valiam 4:400\$000 e cinco do sexo feminino avaliados em 3:150\$000. Certamente este morador, dono de armazém, era também um senhor de escravos, com treze cativos, que valiam mais de sete contos de réis no mercado.

Entretanto, se observarmos, através dos vários objetos descritos no inventário de Joaquim Pimentel, visualizamos, no interior de seu armazém, a quantidade e a variedade de produtos: fazendas (tecidos), ferramentas, roupas, louças, objetos variados, livros em branco, cadernos, papéis, tudo à disposição das pessoas que frequentavam o armazém na época. Além disso, esses objetos constituem a cultura material da região, e caracterizam aquela sociedade rural com suas ferramentas para a lida na terra, por exemplo. No quadro abaixo, a partir do que foi relacionado no inventário, apresentamos alguns dos objetos que o armazém oferecia:

Tabela 1: Fórum da Comarca de Castro. Inventário de Joaquim Teixeira Cardoso Pimentel

Fazendas (tecidos)	Ferramentas	Roupas	Louças	Outros objetos	Livros, cadernos, papéis
Noventa e duas peças de algodão a meia largura, quinze jardas avaliadas em 496#800]	Seis martelos de ferrador avaliados em 2#600	Seis dúzias de camisas brancas avaliadas em 141#537	Três dúzias de colheres de metal branco avaliadas em 18#000	Dezessete espingardas sortidas avaliadas em 85#000	Cinco livros em branco avaliados em 5#000
Doze cobertores espanhóis avaliados em 69#600	Quarenta pás de fazer valos avaliadas em 60#000	Cento e sessenta e oito chapéus de pano sortidos avaliados em 379#680	Quatro dúzias de garfos de metal branco avaliadas em 24#000	Duas dúzias e sete óculos com aro de aço avaliadas em 15#500	Três livros de duzentas folhas avaliados em 6#000
Vinte cobertores franceses avaliados em 140#000	Setenta e nove enxadas avaliadas em 44#240	Quatorze bonés de pano avaliados em 28#000	Quatro dúzias de pratos de folhas avaliadas em 11#200	Noventa e três alfabetos avaliados em 3#534	Três livros de quatrocentas folhas avaliados em 7#500
Doze peças de morim fino avaliadas em 144#000	Cinco machados avaliados em 8#000	Três dúzias de gravatas de cor avaliadas em 36#000	Sessenta copos para água avaliados em 30#000	Dez vidros de água-de-colônia avaliados em 5#400	Cento e dezoito papéis avaliados em 11#800

⁵ FÓRUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DE JOSÉ JOAQUIM MARQUES E SOUZA. CAIXA: 1864. Castro, 1864.

Quatrocentos e cinquenta e quatro côvados de brim mineiro sortido avaliados em 217#920	Meia dúzia de martelos para sapateiros avaliados em 5#000	Quatro pares de suspensórios avaliados em 1#600	Vinte e cinco dúzias e meia de xícaras brancas e pintadas avaliadas em 38#250	Noventa e cinco urinóis sortidos avaliados em 114#00	Treze resmas de papel avaliadas em 46#800
Quatorze côvados e uma quarta de merino francês avaliados em 61#630	Quatro enxós avaliadas em 4#800	Cento e quarenta e sete chapéus de palha avaliados em 17#640	Seis casais de xícaras de porcelana avaliadas em 3#000	Três dúzias e meia caixa de lamparinas avaliadas em 5#600	Cinco resmas de papel almaço avaliadas em 18#000
Duzentas jardas de merino avaliadas em 320#200	Dez martelos grandes avaliados em 2#000	Onze chapéus de pano para senhora avaliados em 55#000	Cinco açucareiros brancos avaliados em 3#200	Um maço de rosário avaliado em #800	Um par de tinteiro de cristal avaliado em 5#000
Seis ceroulas de lã avaliadas em 18#000	Duas dúzias de alicates de ferro avaliadas em 8#000	Uma dúzia e nove mantas de seda de cor avaliadas em 13#994	Vinte pratinhos avaliados em 4#000	Setenta e sete garrafas de licor grosso avaliadas em 38#500	Cinquenta cadernos em capa de livros avaliados em 4#000

Fonte: Caixa: 1866. Castro, 1866.

Como o armazém era um local com mercadorias diversas, certamente as pessoas que iam até o estabelecimento, poderiam encontrar desde “tecidos de merino francês” até “ceroulas de lã”. Chamam atenção também os livros e cadernos em branco que possivelmente eram usados como livros de registros ou para anotações em geral (poder-se-ia pensar, até mesmo, em usos mais íntimos, como os diários pessoais). O “rosário” descrito nos faz pensar numa sociedade cristã, que frequentava a Igreja. Já as “lamparinas” nos remetem a um cenário íntimo social iluminado pelas chamas desses artefatos então indispensáveis; e os urinóis eram objetos comuns e necessários nas casas das pessoas que constituíam aquela sociedade.

Entre os bens do senhor José Joaquim Marques e Souza, destacavam-se os escravos e os bens de raiz, como propriedades, terrenos e casa. Possuía trinta e três escravos avaliados, por Amantino José Borges e Silvano Jayme de Proença, em 16:570\$000. Os escravos somados à posse de terras alcançavam um valor de 20:620\$000, mostrando uma predominância de escravos e terras entre os bens do finado, comparando-se com os demais bens. Entre os escravos melhor avaliados naquela ocasião (1864), havia um de nome Vicente, carpinteiro com quarenta anos; outro de nome Biscaia, mulato, crioulo com 36 anos; outro de nome Candido, crioulo pardo com dezesseis anos; outro de nome Firmino com quatorze anos, pardo; outro de nome Castor, crioulo com trinta anos; e um de nome Manoel, crioulo com vinte anos, todos estes avaliados em 1:000\$000 cada um. Ain-

da um pouco mais valiosos eram um escravo de nome Virgílio, mulato, crioulo com vinte e dois anos avaliado em 1:200\$000, e um de nome Marciano, crioulo com vinte e oito anos avaliado em 1:100\$000.⁶ Eram escravos jovens, em idade produtiva para o trabalho, sendo só um deles com o ofício definido (carpinteiro).

Quanto à posse de terras, havia “uma morada de casas na Rua do Rosário com dois lanços e lugar para loja avaliada em 4:000\$000; uma parte de campos na fazenda de Carambeí, como consta do inventário do finado Major Francisco Teixeira de Azevedo avaliada em 4:500\$000; um sítio grande na Ribeira com todas as mais partes e divisas constantes dos títulos, casa, engenho, plantações, móveis e todas as benfeitorias avaliado em 5:000\$000.”⁷

Para além destes dois inventariados mais abastados, encontramos sete outros indivíduos, cujos montes mores situavam-se entre 16 contos de réis e um conto de réis. O Reverendo José Loureiro da Silva, cujos bens foram inventariados em 1841, possuía um monte mor de 16:642\$425 (dezesesseis contos, seiscentos e quarenta e dois mil, quatrocentos e vinte e cinco réis).⁸ José Loureiro possuía quinze escravos, oito homens e sete mulheres; os homens valiam 2:510\$000 e as mulheres 2:700\$000, a maior parte de herança deixada correspondia as terras.

José Manuel Ferreira deixou testamento “onde declarava ser natural da Vila de Curitiba, sendo filho legítimo do falecido Sargento mor Antônio José Ferreira e Beatriz Ana de Oliveira Rosa, declarou ser casado com dona Iria Balbina da Piedade de cujo matrimônio nasceram nove filhos”;⁹ com inventário lavrado em 1829 e o total de bens avaliado em 12:683\$860 (doze contos, seiscentos e oitenta e três mil, oitocentos e sessenta réis). Outra informação pertinente no testamento de José Manuel Ferreira, é que o mesmo “declara também que o escravo Nazário ficou encarregado de servir a sua mulher até a morte da mesma, e se ele o escravo cumprisse com cuidado esta ordem, o mesmo ficaria livre depois da morte de dona Iria Balbina”.¹⁰

⁶ FÓRUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DE JOSÉ JOAQUIM MARQUES E SOUZA. CAIXA: 1864. Castro, 1864.

⁷ Idem. p. 115 e 116.

⁸ FÓRUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DE JOSÉ LOUREIRO DA SILVA. CAIXA: 1841. Castro, 1841.

⁹ FÓRUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DE JOSÉ MANUEL FERREIRA. CAIXA: 1829. Castro, 1829.

¹⁰ Idem.

Não temos a referência à idade do referido escravo, por isso torna-se difícil inferir se a concessão da liberdade foi um ato de benevolência do testador; o que fica claro é que se tratava de um escravo de confiança da família, tanto que ele ficou com a responsabilidade de cuidar da senhora e, aparentemente, seria recompensado com a liberdade depois da morte dos proprietários. Por esse lado, não podemos negar certa afeição que o senhor tinha pelo escravo Nazário, o único que teria sua liberdade garantida, e também o mais valioso escravo no arrolamento dos bens:

Um escravo de nome Nazario avaliado em 260\$000; um escravo de nome José com o ofício de barbeiro avaliado em 250\$000; um escravo de nome Manoel avaliado em 220\$000; um escravo de nome Camilo avaliado em 220\$000; um escravo de nome Lourenço avaliado em 200\$000; um escravo mulato de nome Benedito avaliado em 210\$000; uma escrava de nome Maria avalizada em 220\$000; uma escrava de nome Benedita, doente, avalizada em 128\$000; uma escrava de nome Thomázia avalizada em 200\$000; uma escrava de nome Thereza avalizada em 200\$000; uma escrava de nome Francisca, muito velha, avalizada em 50\$000.¹¹

Os escravos totalizavam 2:158\$000, cerca de 17% do total do patrimônio do inventariado, percentual que se encontra dentro da média, comparando com outros proprietários.

O Doutor Manoel Lopes Branco e Silva teve testamento e inventário datados de 1810, deixando monte mor que totalizava 10:046\$844 (dez contos, quarenta e seis mil, oitocentos e quarenta e quatro réis).¹² Deste total, “10% correspondia aos escravos que valiam: 1:031\$800; 47% correspondia aos animais avaliados em 4:693\$500; e 15% eram os bens de raiz avaliados em 1:500\$000” (PORTELA, 2007, p. 14).

O senhor José Maria Lima, aquele negociante de tecidos cujo inventário foi lavrado no ano de 1836, teve seus bens avaliados em 8:531\$576 (oito contos, quinhentos e trinta e um mil, quinhentos e setenta e seis réis). Possuía cinco escravos; quatro eram adultos entre vinte e trinta e seis anos, e cada um deles foi avaliado em 450\$000, e “uma escrava crioula de nome Felicidade, com 6 anos avaliada em 200\$000”.¹³ A quantidade de peças ligadas ao seu ofício correspondia a 6,2% dos seus bens; eram tecidos, pe-

¹¹ Idem.

¹² FÓRUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DE MANOEL LOPES BRANCO E SILVA. CAIXA: 1810. Castro, 1810.

¹³ FÓRUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DE JOSÉ MARIA LIMA. CAIXA: 1836. Castro, 1836.

ças de algodão e roupas em quantidades significativas como, “vinte e cinco lenços avaliados em 11\$000; sete chales franceses avaliados em 7\$040; sessenta e três côvados e meio de riscados azuis, vários padrões avaliados em 11\$430”. São vários os objetos descritos que remetem ao cenário vivido por José Maria Lima, dentro de uma loja de tecidos: “três quartos de libra de retrós sortidos avaliados em 7\$500; quatro carretéis de fios dourados avaliados em 1\$280; cinco maços de miçangas avaliados em 3\$200; quatro dedais de estanho avaliados em \$040, duas tesouras ordinárias avaliadas em \$400”.¹⁴ As dívidas (por crédito) do monte eram 6:287\$711 e o monte menor 2:243\$865.

Também encontramos o capitão mor José Rodrigues Betim, natural da vila de Itu, com inventário lavrado em 1811. Os bens do referido capitão totalizavam 5:503\$790 (cinco contos, quinhentos e três mil, setecentos e noventa réis). Dentre muitos bens, ele possuía escravos, animais e propriedades. Os escravos correspondiam a “24% do seu patrimônio; os animais valiam 44% e as terras representavam 25% de seu patrimônio” (PORTELA, 2007, p. 14). Objetos de uso pessoal de Betim também foram listados nos bens, como “um punhal com ponteira de prata avaliado em 2\$000; uma farda de pano azul e um colete de cetim avaliados em 30\$000; um chapéu fino avaliado em 3\$000; um estojo inglês com duas navalhas avaliadas em \$960”.¹⁵

Baltazar Luiz Rodrigues, outro proprietário de livros de nossa lista, inventariado em 1809, possuía um monte mor relativamente pequeno, se comparado aos demais, com 1:110\$345 (um conto, cento e dez mil, trezentos e quarenta e cinco réis). Foram listados, no arrolamento de seus bens, três escravos: “um escravo mulato de nome Francisco avaliado em 180\$000; um escravo pequeno de nome Antônio avaliado em 100\$000; um moleque de nome Domingos avaliado em 128\$000”.¹⁶ Seus escravos correspondiam a mais de 30% de seus bens. Com relação aos animais, encontramos: “quatro mulas avaliadas em 40\$000; duas mulas mansas avaliadas em 20\$000; um cavalo manso avaliado em 6\$000; uma junta de bois avaliada em 11\$000; uma vaca com cria avaliada em 2\$560; um boi de ano, avaliado em \$500;

um boi de três anos avaliado em 1\$600; quatro bois avaliados em 8\$000”.¹⁷ No total, correspondiam a menos de 1% de seu patrimônio.

Alguns outros inventariados possuidores de livros tiveram indicados montes-mores com valores abaixo de um conto de réis. Nessa situação, encontramos Cipriano Eleutério dos Santos e Joaquina Lanhzoa (sua mulher), com inventário datado de 1832, e o total do monte mor de 424\$110 (quatrocentos e vinte quatro mil, cento e dez réis). Houve também o caso de “Pedro de Tal”, aquele francês que veio a morrer em Castro e que teve seu inventário lavrado em 1856. Era o mais humilde dentre os inventariados selecionados, com monte mor correspondente a 54\$240 (cinquenta e quatro mil, duzentos e quarenta réis).

Cipriano Eleutério dos Santos e Joaquina Lanhzoa não possuíam escravos, e apenas um animal, “um cavalo alazão avaliado em 16\$000”. O patrimônio maior do casal era a casa, no interior da vila, avaliada em 400\$000, ou seja, 95% do total de seu patrimônio. Os outros objetos descritos são peças pequenas de uso da família, como “um bule avaliado em \$800; oito pratos de louça avaliados em \$800; uma panela de ferro avaliada em 1\$280”.¹⁸ O francês, como já apontamos no primeiro capítulo, possuía apenas ferramentas e livros, não tinha escravos, animais ou terras;¹⁹ toda sua fortuna caberia em um único cômodo. Voltaremos a falar dele depois de uma breve análise do perfil socioeconômico de outro imigrante.

O senhor Joaquim Pimentel foi um negociante, proprietário de um armazém de secos e molhados, de escravos, de terras, e também de uma biblioteca. No dia 29 de dezembro de 1865, ele faleceu, deixando viúva Dona Anna Casimira Pimentel e cinco filhos: Marcelina, casada com Miguel da Silva Pompeu, Joana, casada com Francisco das Chagas e Silva Pompeu, Rafael, solteiro, com 20 anos, Salvador, solteiro, com 19 anos, e Domingos, solteiro, com 17 anos. Seu inventário foi lavrado em 13 de janeiro de 1866, e coube a Thomaz Nunes Barbosa avaliar todos os bens do finado.²⁰ Joaquim Pimentel era de naturalidade portuguesa, um imigrante que estabeleceu casa comercial em Castro, e fez sua fortuna nessa região da província do Paraná.

¹⁴ Idem.

¹⁵ FÓRUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DE JOSÉ RODRIGUES BETIM. CAIXA: 1811. Castro, 1811.

¹⁶ FÓRUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DE BALTAZAR LUIZ RODRIGUES. CAIXA: 1809. Castro, 1809.

¹⁷ Idem.

¹⁸ FÓRUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DE CIPRIANO ELEUTÉRIO DOS SANTOS E JOAQUINA LANHOZA. CAIXA: 1832. Castro, 1832.

¹⁹ FÓRUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DE PEDRO DE TAL, FRANCÊS. CAIXA: 1856. Castro, 1856.

²⁰ FÓRUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DE JOAQUIM TEIXEIRA CARDOSO PIMENTEL. CAIXA: 1866. Castro, 1866.

Trata-se do homem mais abastado dentre os indivíduos com que estamos trabalhando, e sua maior riqueza não eram escravos, terras e animais: a principal característica no arrolamento dos seus bens está nas dívidas por créditos, que somavam 129:553\$000 (cento e vinte e nove contos, quinhentos e cinquenta e três mil réis), cerca de 65% do total de seu patrimônio, o qual correspondia a 198:852\$702 (cento e noventa e oito contos, oitocentos e cinquenta e dois mil, setecentos e dois réis). O inventário traz uma extensa lista, intitulada “dívidas por crédito”, com os nomes de diversas pessoas que compravam no estabelecimento comercial do falecido. A partir dessa informação, podemos refletir sobre a existência de um espaço de sociabilidades no armazém, para além da circulação de pessoas e mercadorias. Dentre os 723 nomes listados no inventário, 49 são de mulheres, ou seja, elas eram cerca de 7% das pessoas que compravam por crédito no estabelecimento de Joaquim Pimentel.

Sobre os nomes de mulheres que aparecem na lista, chamou nossa atenção a referência a “Dona Izabel Branco e Silva, que devia três créditos na quantia de 10:695\$242 (dez contos, seiscentos e noventa e cinco mil, duzentos e quarenta e dois réis).”²¹ Essa senhora era filha do ex-ouvidor Manoel Lopes Branco e Silva, um possuidor de livros, que já mencionamos neste trabalho.

Em 1810, aos dezesseis anos de idade, Isabel Branco e Silva contraiu núpcias com o coronel Luciano Carneiro Lobo que já contava com cinquenta anos. Devido enfermidades o Coronel Luciano faleceu em 1842. A partir de então, a senhora Isabel Branco prosseguiu na obra de elevar e engrandecer Jaguariaíva. Entre obras realizadas por ela se encontra a construção de uma capela que mais tarde passaria ser a igreja matriz da cidade (SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA, 2012).

Quando lemos o inventário de Manoel Lopes Branco e Silva, datado de 1810, além da referência a Isabel como uma de suas herdeiras, encontramos também a informação de que o testamenteiro foi o Coronel Luciano Carneiro Lobo, genro do falecido. Isabel Branco e Silva faleceu em 17 de agosto de 1870.

Outro nome que consta na lista dos devedores de Joaquim Pimentel era o de Dona Emília Erichsen²², que devia a quantia de 22\$440 (vinte e dois mil, quatrocentos e quarenta réis).

²¹ FÓRUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DE JOAQUIM TEIXEIRA CARDOSO PIMENTEL. CAIXA: 1866. Castro, 1866.

²² Emília Erichsen faleceu em 28 de setembro de 1907. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/>

Em 1855, chegaram a Castro os membros da família Erichsen, composta do dinamarquês Conrado Erichsen, sua esposa, Emília e filhos, vindos de São Paulo; no ano de 1862, faleceu Conrado Erichsen. Para dar sustento aos seus filhos menores, Emília Erichsen, senhora de aprimorada cultura, montou um estabelecimento de ensino para meninas, que se tornou o primeiro Jardim de Infância do Brasil (SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA, 2012).

Para além de famílias bem estabelecidas, ou de pessoas medianamente situadas nos estratos sociais de Castro, o estabelecimento comercial de Joaquim Pimentel também atendia a pessoas menos favorecidas, como foram os casos de “Clemencia, escrava que devia 14\$120” (catorze mil, cento e vinte réis) e de “Madalena, crioula que devia 1\$040” (mil e quarenta réis).²³ O tal francês, outro imigrante, não teve a mesma sorte de fortuna que o referido negociante de armazém de secos e molhados. Pedro foi achado morto no dia 11 de setembro de 1856, como consta em seu inventário. Não se sabe se deixou esposa e filhos, nem outros herdeiros; à falta deles, seus bens foram leiloados. A pequena lista dos bens foi avaliada por João Moreira Garcêz e Francisco de Paula Saldanha, e seu patrimônio alcançou a quantia de 54\$240 (cinquenta e quatro mil, duzentos e quarenta réis). Além de livros, seus bens mais valiosos eram “duas tendas avaliadas em 12\$000”, e o mais modesto era “um pito de louça avaliado \$160”, sem contar “uma carteira com papéis que não foi avaliada”. Alguns desses papéis “sem valor” foram provavelmente escritos à mão pelo próprio Pedro, porque ele também possuía “um maço de penas para lápis avaliado em \$400”.²⁴

Dez anos separam os inventários destes dois moradores de Castro, em meados do século XIX: o estrangeiro sem sobrenome e o comerciante bem sucedido. Esses dois proprietários de livros representam os extremos sociais presentes na documentação. De um lado, a vida abastada de Joaquim Teixeira Cardoso Pimentel, de outro, a vida humilde de “Pedro de Tal, francês”. Comparando os bens deixados no contexto da morte do português Joaquim Pimentel e do francês Pedro, visualizamos o primeiro e bem-sucedido comerciante, com uma significativa clientela, e seus herdeiros. Teve uma vida social ativa, pois mais de setecentas pessoas passaram por seu estabelecimento e deixaram seus nomes registrados no caderno de contas.

²³ FÓRUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DE JOAQUIM TEIXEIRA CARDOSO PIMENTEL. CAIXA: 1866. Castro, 1866.

²⁴ FÓRUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DE PEDRO DE TAL, FRANCÊS. CAIXA: 1856. Castro, 1856.

Pedro não foi tão famoso e, segundo seu inventário, não era sequer bem conhecido, como também não devia possuir registros/documentos contendo seu nome completo. Obviamente, um documento jurídico não traz a vida de uma pessoa “por completo”, nem poderia, mas torna-se o único meio de conhecermos parte da vida de um homem que deixou poucas pistas de sua existência, e infelizmente nunca saberemos ao certo o motivo que trouxe Pedro para Castro. Talvez as respostas estivessem naqueles “papéis” que não foram nem avaliados pelas autoridades.

Quando utilizamos inventários *post mortem* como fonte de pesquisa, torna-se difícil não comparar a vida das pessoas em termos monetários, visto que esta é uma das finalidades do referido documento, ou seja, listar, avaliar, pagar as dívidas e dividir os bens entre os herdeiros. A partir dos bens descritos na documentação, fica evidente a discrepância social entre esses dois homens apontados acima. Contudo, eles se aproximam por serem proprietários de livros e por estarem inseridos num contexto específico do século XIX.

Consideramos que os casos de Joaquim Pimentel e “Pedro de Tal” demonstram parte da trajetória da história da palavra impressa: os livros, através da sociedade que os manuseia, fazem parte das histórias de vida das pessoas e estavam presentes no arrolamento dos bens dos homens citados acima, independentemente do nível de suas posses.

As bibliotecas e o início da produção literária na região

Rocha Pombo descreve o momento a partir da década de 1870 como o começo de um período de desenvolvimento da cultura paranaense:

Um fenômeno bem característico que, de 1875 em diante, revelou entre os paranaenses uma grande tendência para alargamento dos horizontes intelectuais da população, foi sem dúvida o afã extraordinário com que em todas as localidades da antiga província se foram organizando clubes e sociedades literárias, cada qual com a sua biblioteca (POMBO, 1980, p. 124).

José Augusto Leandro, por sua vez, vai destacar um espaço de “lazer cultural” instalado na cidade de Castro, em 1874: uma Biblioteca que, “em 1878 já contava em seu acervo [1.201] volumes para um total de 247 leitores cadastrados” (LEANDRO, 1995, p. 15-16). Luiza Dorfmund também registra este significativo número de obras, na mesma data, e acrescenta que, para aquela época, “o livro ainda era objeto de luxo” (DORFMUND,

1966, p. 13). Esta avaliação da autora parece indicar que, em sua opinião, os livros não eram muito comuns.

Castro teve, portanto, sua primeira biblioteca formalmente instalada em 1874 – quinze anos depois da instalação da Biblioteca Pública de Curitiba – como uma sociedade particular em que inicialmente 21 sócios contribuíram e partilhavam as 36 ações da instituição.²⁵ De acordo com Relatório da Diretoria da Biblioteca de Castro, aquela instituição contava com um presidente, Antônio José de Madureira, um vice-presidente, Olegário Rodrigues Macedo, um secretário, Domingos Teixeira Cardoso Pimentel, um tesoureiro e procurador, Cypriano Marques e Sousa, e um bibliotecário, Manoel da Cunha Lopes Vasconcellos, além dos demais sócios. Naquele ano de 1878, a Biblioteca de Castro contava com um total de “552 obras com 1201 volumes”, sendo que “252 obras com 592 volumes foram adquiridos por compra, tendo-se empregado para esse fim, até hoje, a quantia de 1:315\$108. As restantes 302 obras com 609 volumes foram oferecidas pelos seguintes senhores:²⁶

Tabela 2: Relatório da Diretoria da Biblioteca da Cidade de Castro, 31 de junho de 1878

	N. de obras	N. de volumes
B. L. Garnier ²⁷	37	156
Olegário Rodrigues de Macedo	65	85
Presidente e secretaria da Comarca dos Deputados	22	60
Antônio José de Madureira	45	52
Diretoria Geral da Estatística do Império	3	41
D ^o Laurindo Abelardo de Brito	13	37
Rafael Teixeira Cardoso Pimentel	19	27
D ^o Joaquim Xavier Garcia de Almeida	19	26
Jorge Marcondes de Albuquerque	16	23
Joaquim Anacleto da Fonseca	10	22
Júlio Victor de Asambuja Cidade	7	20

²⁵ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. *Relatório da Diretoria da Biblioteca da Cidade de Castro*, 31 de junho de 1878, AP 544, 1878, v. II. p. 6. O Relatório redigido pelo presidente da Biblioteca, Antônio José de Madureira, possui oito páginas, informando, de maneira geral, sobre a compra de livros, doadores e a quantidade de livros que a biblioteca comportava. O manuscrito está sob a guarda do Arquivo Público do Paraná e disponível ao pesquisador para consulta direta, no local, ou por email, solicitando uma reprodução digital.

²⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. *Relatório da Diretoria da Biblioteca da Cidade de Castro*, 31 de junho de 1878, AP 544, 1878, v. II. p. 6.

²⁷ No topo da lista, com maior número de volumes doados, temos a editora e livraria B. L. Garnier.

Sebastião José de Madureira	13	18
Emiliano Agostinho de Oliveira	9	10
Constante José Borges	6	6
D. Anna Placidina de Asevedo	1	6
Domingos Teixeira Cardoso Pimentel	2	5
D ^{or} Araldo Manoel Erichsen	4	4
Tent. Cel. Amantino José Borges	3	3
D ^{or} Francisco Xavier da Silva	1	1
Cláudio José de Madureira	1	1
D. Balbina Teixeira de Asevedo Marques ²⁸	1	1
José Felipe Novaes do Canto	1	1
Luis Gonzaga Pinto da Gama	1	1
Cypriano Marques de Sousa	1	1
D ^{or} Manoel da Cunha Lopes Vasconcellos	1	1
D ^{or} José de Sousa Ribas	1	1

Fonte: Arquivo Público do Paraná, AP 544, 1878, v. II, p. 6 e 7.

Encontramos entre os doadores um sobrenome já conhecido por nós, do herdeiro do negociante português inventariado em 1866, Joaquim Pimentel, Rafael Teixeira Cardoso Pimentel (e de Domingos Teixeira Cardoso Pimentel, secretário da biblioteca, que não conseguimos comprovar se era parente de ambos). A equipe de responsáveis pela biblioteca também doou livros ao acervo. Em seu relatório datado de 31 de maio de 1878, que traz um breve resumo acerca da fundação e evolução da instituição, o presidente Antonio José de Madureira fala da diminuição do número de sócios, de 21 para 15, e reclama da falta de recursos:

Apesar de fundada há 4 anos, se não tem prodigiosamente progredido, ao menos não se tem conservado estacionária; e de certo maior seria o seu crescimento se não tivesse de lutar com a falta de meios pecuniários, proveniente do pequeno numero de sócios contribuintes que tem.²⁹

A última parte do relatório é datada de janeiro de 1879, e destinada ao então presidente da Província do Paraná Rodrigo Octávio de Oliveira Meneses, onde foram acrescentadas informações acerca de uma reforma

²⁸ A senhora Balbina Teixeira de Azevedo Marques foi inventariante do marido, no ano de 1864, o senhor José Joaquim Marques e Souza, também estudado por nós por ser proprietário de livros.

²⁹ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Relatório da Diretoria da Biblioteca da Cidade de Castro, 31 de junho de 1878., AP 544, 1878, v.II. p. 6.

nos estatutos, da conquista de novos assinantes e de uma sensível ampliação do acervo, que passava a contar com 794 obras e 1.750 volumes. Este relatório ainda menciona obras oferecidas, porém não recebidas até aquela data, especialmente as “Memorias do Instituto Historico e Geographico do Rio de Jan^o”, e apresenta o movimento da biblioteca durante o ano de 1878, quando teve 247 leitores e 1033 volumes consultados.³⁰

Figura 2: Relatório da Diretoria da Biblioteca da Cidade de Castro, 31 de junho de 1878

<i>O movimento da Bibliotheca durante o anno findo foi o seguinte:</i>			
<i>N.º de leitores</i>	<i>247.</i>	<i>Litteratura</i>	<i>442 obr. 917 vols.</i>
<i>n.º obras consultadas</i>	<i>507.</i>	<i>Hist. geogr. e viag.</i>	<i>42 obr. 66 vols.</i>
<i>volumes</i>	<i>1.033.</i>	<i>Periodicos</i>	<i>3 obr. 26 vols.</i>
		<i>Ciencias</i>	<i>5 obr. 7 vols.</i>
<i>Em portuguez</i>	<i>498 obr. 1.019 vols.</i>	<i>Jurisprudencia</i>	<i>6 obr. 6 vols.</i>
<i>Em francez</i>	<i>9 obr. 14 vols.</i>	<i>Miscellanea</i>	<i>5 obr. 5 vols.</i>
		<i>Dictionarios</i>	<i>4 obr. 6 vols.</i>

Fonte: Arquivo Público do Paraná, AP 544, 1878, v. II, p. 5.

Do lado direito do texto (imagem acima) estão especificados os gêneros das publicações. Como podemos constatar, as obras mais consultadas eram de literatura, com 442 obras em 917 volumes. Mas o acervo da Biblioteca de Castro também contava com publicações nas áreas de: história, geografia, viagens (42 obras em 66 volumes; periódicos (3 obras em 26 volumes); ciências (5 obras em 7 volumes); jurisprudência (6 obras em 6 volumes); miscelânea (5 obras em 5 volumes); dicionários (4 obras em 6 volumes).

De acordo com Roger Chartier, “um texto só existe se houver um leitor para lhe dar um significado” (CHARTIER, 1999, p. 11) e, nesse sentido, as informações prestadas pelo Diretor da Biblioteca de Castro revelam

a existência de uma “comunidade de leitores” na cidade. Ora, esses leitores existiram e foram registrados, mas, infelizmente, não sabemos como essas leituras foram apropriadas por eles.

Considerando a criação e a manutenção desta biblioteca no interior da província do Paraná, no século XIX, com o registro de leitores, e as informações sobre a presença de livros em nossos inventários, no seio da mesma sociedade de Castro, reunimos vestígios da aproximação daquelas pessoas com a palavra impressa.

Considerações finais

No que concerne aos inventários *post mortem*, havia a indicação de poucos livros em Castro, no período e na documentação estudados; além do mais, não sabemos os títulos completos da maioria deles, e nem dispomos de outras informações básicas para identificá-los. Contudo, ainda que timidamente, o impresso fez parte (entre tantos outros pertences) da sociedade castrense do oitocentos. Em onze inventários (datados entre 1800 e 1870), “capturamos homens” que possuíram mais de uma centena de livros numa região do interior do Paraná. Mas são números significativos, pois indicam a sua presença e a sua circulação naquela sociedade. Não podemos precisar o número de livros nos inventários estudados, pois a “descrição” da biblioteca de José Joaquim Marques e Souza (inventário de 1864) refere apenas “diversas obras portuguesas e francesas, avaliadas em 60\$000”.³¹; um valor significativo. Mesmo assim, identificamos nos demais inventários com livros arrolados, o total de aproximadamente 120 obras em 141 volumes.

Os livros, como os demais objetos pessoais descritos nos inventários, faziam parte da vida das pessoas. Se a leitura pode atingir as pessoas analfabetas ou com pouco estudo através do ouvir-ler e das imagens, com a posse de livros é diferente, mesmo não confirmando que determinada pessoa leu a obra que possuía. Ter uma ou várias obras indica o interesse em se ter um livro em casa, por necessidades profissionais, acadêmicas, de entretenimento, por *status*. Diferente dos demais objetos descritos nos inventários, como uma lamparina ou uma ferramenta manual, os livros “transportam ideias, discursos” e o significado em possuí-los pode ir além de uma

simples distração (infelizmente, não tivemos informações sobre as impressões de leitura dos inventariados).

Com relação ao Relatório da Biblioteca da cidade de Castro, podemos afirmar que 247 pessoas eram leitores e que 1033 volumes foram consultados. Com isso, podemos visualizar o interesse de parte das pessoas em frequentar e consultar as obras daquele acervo. E as pessoas que frequentaram a biblioteca da cidade, como doadores, sócios, leitores, revelam sua aproximação e afinidade com a palavra impressa.

Questionando essa presença de livros no interior daquela sociedade e buscando aproximar ambos, compreendemos que uma sociedade como esta do interior paranaense abrigou entusiastas e profissionais envolvidos com a cultura, como Emilia Erichsen e Rocha Pombo. Mas os trabalhadores analfabetos, mantidos nesta condição por interesse de seus senhores e patrões, também contribuíram para o desenvolvimento local. Convém lembrar que entre os inventariados que possuíam livros, se misturam homens abastados e humildes.

Cotejando as informações das fontes utilizadas, entendemos que, além de fazer parte da sociedade, os livros simbolizavam a diferenciação, ou seja, por não serem comuns no arrolamento dos bens, devemos considerar que livros foram omitidos em toda essa documentação. Por exemplo, numa sociedade cristã que, segundo as listas de bens, possuía várias imagens de santos, em testamento também manifestavam sua fé, não encontramos registros sobre a posse da Bíblia. E esse exemplo nos leva a considerar que livros eram omitidos, e, em contrapartida, existiram livros que não foram documentados. E essas lacunas revelam a complexidade da história do livro.

Compreendidos como bens culturais, os livros atravessaram a história dos indivíduos, e o contato pode acontecer através das escolas, das bibliotecas, das livrarias, da Igreja. Por hora apresentamos as considerações finais a partir do que foi proposto na pesquisa, lembrando que a força do impresso é um campo historiográfico sempre em construção.

Fontes

1. **Inventários *post mortem* Fórum da Comarca de Castro (PR).** Inventário dos bens pertencentes à Fazenda Pitangui (1806). Inventário de Baltazar Luiz Rodrigues (1809). Inventário de Manoel Lopes Branco e Silva (1810). Inventário do Capitão Mor José Rodrigues Betim (1811). Inventário de José Manuel Ferreira (1829). Inventário de Cipriano Eleutério dos Santos e Joaquina Lanhoeira (sem data).

³¹ FÓRUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DE JOSÉ JOAQUIM MARQUES E SOUZA. CAIXA: 1864. Castro, 1864.

(1832). Inventário de José Maria Lima (1836). Inventario do Reverendo José Loureiro da Silva (1841). Inventário de Pedro de Tal, francês (1856). Inventário de José Joaquim Marques e Souza (1864). Inventário de Joaquim Teixeira Cardoso Pimentel (1866).

2. **Relatório da Diretoria da Biblioteca da Cidade de Castro** ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Relatório da Diretoria da Biblioteca da Cidade de Castro**, 31 de junho de 1878., AP 544, 1878, v. II.

Referências

BANDEIRA, Julio; LAGO, Pedro Correia do. **Debret e o Brasil**: Obra completa 1816-1831. Rio de Janeiro: Capivara Editora, 2007, p. 284.

BORBA, Oney Barbosa. **Os Iapoenses**. 2. ed. Curitiba: Editora Lítero-técnica, 1986.

CARDOSO, Jayme Antônio; WESTPHALEN, Cecília Maria. **Atlas histórico do Paraná**. 2. ed. Curitiba: Editora Livraria do Chain, 1986.

CARVALHO, Antônio Luiz Affonso de. "Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa do Paraná na abertura da 1ª sessão da 9ª legislatura pelo presidente, o illustrissimo e excellentissimo senhor dr. Antonio Luiz Affonso de Carvalho, no dia 15 de fevereiro de 1870. Curityba, Typ. de Candido Martins Lopes, 1870". In: **CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES**. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/632/>>. Acesso em: 16 out. 2012.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros**: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

DITZEL, Carmencita de Holleben Mello; LAMB, Roberto Edgar. **A ocupação dos Campos Gerais**. Disponível em: <http://www.uepg.br/dicion/verbetes/a-m/campos_gerais_ocupacao.htm>. Acesso em: 18 maio 2012.

DORFMUND, Luiza Pereira. **Exaltação à Professora Emília Erichsen, Fundadora do 1º Jardim de Infância no Brasil**. São Paulo: FTD, 1966.

LANGE, Francisco Lothar Paulo. **Os Campos Gerais e sua Princesa**. Curitiba: COPEL/F. L.P. Lange, 1998.

LEANDRO, José Augusto. **Palco e tela na modernização de Castro**. Dissertação (Mestrado), UFPR, Curitiba, 1995.

MENEGUZZO, Isonel Sandino; DE MELO, Mário Sérgio. **Escarpa Devoniana**. Disponível em: <<http://www.uepg.br/dicion/verbetes/a-m/escarpa.htm>>. Acesso em: 19 jul. 2013.

NOVACKI, Luís Henrique. "Como se liberto nascesse de ventre livre": escravos libertos na Freguesia da Palmeira/PR (1831-1848). **Revista Vernáculo**, n. 3, 2000. Documento em formato pdf. p. 71. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/vernaculo/article/viewArticle/18072>>. Acesso em: 20 maio 2012.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Dos escravos e outros não-morigerados. In: **Semeando iras rumo ao progresso**: (ordenamento jurídico e econômico da sociedade paranaense, 1829-1889). Curitiba: Ed. UFPR, 1996.

PINTO, Elizabete Alves; GONÇALVES, Maria Aparecida Cezar. **Ponta Grossa – um século de vida (1823-1923)**. Ponta Grossa: Kugler Artes Gráficas Ltda., 1983.

POMBO, José F. R. **O Paraná do Centenário**. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1980.

PORTELA, Bruna Marina. **Caminhos do cativo**: a configuração de uma comunidade escrava (Castro, São Paulo, 1800-1830). Dissertação (Mestrado), Curitiba, UFPR, 2007. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/11749/Brunamarinaportela.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 10 dez. 2011.

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=118>. Acesso em: 15 ago. 2012.

SOARES, Flávia dos Santos. **A Instrução Pública e o ensino de matemática no Rio de Janeiro no tempo de D. João VI**. Disponível em: <<http://limc.ufrj.br/hitem4/papers/37.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2013.

VASCONCELLOS, Zacarias de Góes e. "Relatorio do presidente da provincia do Paraná, o conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 15 de julho de 1854. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1854". In: **CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES**. <<http://www.crl.edu/brazil/provincial/paran%C3%A1>>. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/614/>>. Acesso em: 16 out. 2012.

WACHOWICZ, Ruy Christowam. **História do Paraná**. 2. ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.